

LEGISLAÇÃO NACIONAL

SECTORIAL

- NADA A REFERIR

GENÉRICA

- Portaria n.º 30/2005, 14.01.2005 (PCM/MF/MAP)
Aprova os estatutos da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar.
- Portaria n.º 36/2005, 17.01.2005 (MAPF/MAOT)
Estabelece as regras nacionais de implementação do sistema de controlo da condicionalidade prevista nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 e no Regulamento (CE) n.º 796/2004.
- Portaria n.º 42-A/2004, 17.01.2005 (MF/MAP)
Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional, actualizando os índices 100 e as escalas salariais em vigor, bem como as tabelas de ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as pensões a cargo da Caixa Geral de Aposentações.
- Decreto-Lei n.º 19/2004, 18.01.2005 (MJ)
Altera os artigos 35.º, 141.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais.
- Portaria n.º 50/2004, 20.01.2005 (MAE/MAPF/MS/MAOT)
Aprova os programas de redução e controlo de determinadas substâncias perigosas presentes no meio aquático
- Portaria n.º 119/2005, 2005.01.31, MAET/MAOT
Aprova o modelo do pedido de agrupamento de instalações.
- Portaria n.º 120/2005, 2005.01.31, MAET/MAOT
Aprova o modelo do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa.
- Portaria n.º 121/2005, 2005.01.31, MAET/MAOT
Fixa as metodologias de monitorização que serão aprovadas pelo Instituto do Ambiente.

LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

SECTORIAL

- Regulamento (CE) n.º 43/2005, 14.01.2005, L 011
Fixa as restituições às exportações no sector do leite e dos produtos lácteos.
- Regulamento (CE) n.º 79/2005, 19.01.2005, L 016
Aplica o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à utilização de leite, produtos à base de leite e produtos derivados do leite, definidos nesse regulamento como matérias da categoria 3

GENÉRICA

- Regulamento (CE) n.º 37/2005, 12.01.2005, L 010
Relativo ao controlo das temperaturas nos meios de transporte e nas instalações de depósito e armazenagem de alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana.
- Regulamento (CE) n.º 67/2005, 17.01.2005, L 014
Altera o Regulamento (CE) n.º 2879/2000 que estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 2702/1999 relativo a acções de informação e promoção de produtos agrícolas em países terceiros.
- Regulamento (CE) n.º 75/2005, 18.01.2005, L 015
Altera os anexos I, II e III do Regulamento (CEE) n.º 2377/90 que prevê um processo comunitário para o estabelecimento de limites máximos de resíduos veterinários nos alimentos de origem animal, no que diz respeito à moxidectina, aos ácidos alquil benzenossulfónicos lineares e à acetilisovalerilolisina.
- Comunicação 2005/C 16/01, 20.01.2005, C 016
Lista de organismos ou autoridades públicas responsáveis pelo controlo previsto no artigo 15.º do regulamento (CEE) n.º 2092/91 [modo de produção biológico] - *em Portugal: Socert, Sativa e Certiplanet.*
- Directiva 2004/117/CE, 15.12.2004, L 023
Relativa ao arsénio, ao cádmio, ao mercúrio, ao níquel e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente.
- Regulamento (CE) n.º 123/2005, 26.01.2005, L 025
Altera o Reg. (CE) n.º 466/2001 no que diz respeito à ocratoxina A.
- Directiva 2005/5/CE, 26.01.2005, L 027
Altera a Directiva 2002/26/CE no que respeita aos métodos de colheita de amostras e aos métodos de análise para o controlo oficial dos teores de ocratoxina A nos géneros alimentícios.
- Directiva 2005/7/CE, 27.01.2005, L 027
Altera a Directiva 2002/70/CE que estabelece os requisitos para a determinação dos níveis de dioxinas e de PCB sob a forma de dioxina nos alimentos para animais.